

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CUITEGI-PB

José Carlos do Nascimento Santos¹

RESUMO:

Este artigo tem o objetivo de apresentar relato de experiência de ações de políticas públicas de educação especial implantadas pela secretaria municipal de educação no município de Cuitegi-PB. No decorrer do artigo iremos conhecer a importância da implantação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva como direito de todas as crianças especiais. Iremos também conhecer duas ações importantíssimas para o nosso município. O que era sonho tornou-se realidade. Aquilo que estava no papel foi de fato realizado. Depois de muitos esforços as políticas públicas de educação inclusiva passaram a existir no nosso município. A primeira ação foi a implantação de 2 (duas) salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado): uma na EMEF Horácio Montenegro no bairro Santo Antonio e outra na EMEF Hilda Neves de Lucena no bairro Cruzeiro. A segunda ação foi a realização do I Seminário de Educação Inclusiva, tendo como tema: “Construindo acessos e eliminando barreiras”. O evento contou com a presença de todos os profissionais de educação da rede (Professores e gestores); psicólogo e fonoaudiólogo e mãe de alunos especiais e representantes da FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência). O evento foi realizado nos dias de 04 a 06 de julho de 2018 no auditório do France Hotel de Guarabira. A nossa pesquisa teve uma tipologia de cunho bibliográfico e descritivo. Chegamos à conclusão de que as práticas educativas que são desenvolvidas nas salas de AEE são satisfatórias, uma vez que o alunado passou a ter uma participação significativa no processo de ensino aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; direitos humanos; Práticas educativas.

¹ Mestre em Ciências das religiões. (UFPB); Licenciado em Letras (UEPB); Pós graduado em Língua, linguagem e ensino(ESL), Professor da rede municipal de ensino nas cidades de Cuitegi-PB e Pilões-PB. E-mail: josecarloscuitegi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O referido artigo tem como objetivo apresentar as políticas públicas de Educação Inclusiva implantadas no município de Cuitegi-PB. Trabalhar as políticas públicas de educação não é uma tarefa fácil, uma vez que requer muito esforço, dedicação e sensibilidade adiante das demandas existentes.

Fazer acontecer uma educação de políticas voltadas para um olhar especial para com os alunos especiais sempre foi um dos grandes desafios no nosso município. Mas através de vários apelos e tentativas, o sonho de termos salas de AEE para as crianças especiais se tornou uma realidade.

A Sra. Secretária de educação Micheline Paulino Pereira juntamente com o Sr. Prefeito Guilherme da Cunha Madruga Junior sempre buscaram ajuda aos órgãos competentes na área, porém sozinho não conseguimos muitas coisas. Com a chegada da psicóloga Daniela para a educação, as forças foram somando e juntamente com a FUNAD conseguiram implantar 2 salas de AEE.

Dando continuidade às ações de políticas de educação inclusiva a secretaria promoveu o I Seminário de Educação Inclusiva de 04 a 06/julho/2018, com a temática: Construindo acessos e eliminando barreiras no auditório do Hotel France na cidade de Guarabira-PB. O grande objetivo deste seminário foi fomentar parcerias aos órgãos competentes na área de educação inclusiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS

As escolas devem acolher “todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras”

Declaração de Salamanca (1994)

O ser humano é um ser que provém de vários direitos, porém nem sempre são vivenciados pelos mesmos. Se olharmos para nossas leis perceberemos o quanto de direitos nós temos, mas na realidade nem todos são postos em prática. Muitos dos direitos são negados. Todos os direitos estão assegurados na nossa Constituição da República de 1988 em seu art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Na prática, a história muda completamente, temos que ter educação e de qualidade para todos. Quando se afirma educação para todos, implica salientar de que o nosso alunado especial deve estar incluso, ou seja, os estabelecimentos de ensino devem oferecer tais condições. Nesse sentido, afirma a UNESCO:

inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

De acordo com a citação acima, percebemos o quanto a inclusão faz a diferença na escola, na família, na sociedade como um todo. É bom ressaltar que incluir não implica reduzir ao âmbito escolar. Incluir em seus vários sentidos.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para

construírem vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2010, p. 172).

Promover uma educação inclusiva é oferecer o que de fato e de direito a criança tem enquanto pertencimento à escola na qual está inserida. A diversidade está muito presente e a escola por sua vez deve adaptar-se à realidade. Nesse sentido, nos afirma Mendes:

[...] inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todas as crianças. (MENDES, 2006, p. 64)

Diante da afirmação a cima, ofertar uma educação que cunho inclusivo é disponibilizar para o alunado toda parte física com acessibilidade necessária, como também a parte metodológica e pedagógica de ensino. Daí a necessidade de formar o docente para assim adequar a sua realidade de sala de aula.

REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CUITEGI

“ Os que convivem apenas com seus iguais são privados de uma rica fonte de desenvolvimento, e é importante que as crianças com necessidades especiais estudem próximas às crianças sem deficiência. “

Vygotsky

Dando continuidade às ações de políticas de educação especial foi realizado o I Seminário de educação inclusiva no Auditório do Hotel France em Guarabira-PB, tendo como temática: “Construindo acessos e eliminando barreiras”. Constatamos com a presença de 95 participantes. Foram 3 dias de formação, interação, debates e produção .

O evento teve início no dia 04/07 com a acolhida aos participantes, com distribuição do material e Café da manhã. Em seguida, foi formada a mesa com as seguintes

representantes: Micheline Pereira Paulino (Secretária de Educação); Daniela Caroline Medeiros Ferreira (Psicóloga); As ministrantes do seminário Profª Sandra e Profª Ivaldete (FUNAD); Sharline Mabeli (Coordenadora da Ed. Especial 2ª gerência de Ensino); Elisângela (presidente do Conselho Tutelar de Cuitegi) e Everton Felipe (Fonoaudiólogo). Depois de formada a mesa foram executados os hinos nacional e municipal. Logo após, foi apresentada a 1ª palestra do dia com a Profª Sandra sobre Conceituando as deficiências.

No dia 05/07 foi iniciado com a 2ª palestra com a Profª Sandra com a temática: Avaliação no processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência na sala regular. Houve uma pausa para o almoço e no turno da tarde tivemos atividades em grupos de trabalho com 2 GT's: Oficina com confecção do material didático pedagógico e Gestão escolar na perspectiva de uma escola inclusiva. Os grupos ficaram em debate com a temática como também prepararam apresentações a serem socializadas no último dia de formação..

No terceiro e último dia de formação, dia 06/07 houve a socialização com apresentações das produções dos GT's. As apresentações foram bem criativas e lúdicas, ou seja, nas mais variadas formas: dramatização, textos reflexivos, exposição de trabalhos...

Ficou bem claro de que a escola é responsável por uma educação de inclusão e de resgate social. Os alunos devem ser bem assistidos e bem reconhecidos nas suas especificidades. Devem ser vistos com bons olhos, pois há uma necessidade urgente pra com todos os alunos especiais. Nesse sentido, nos afirma Varela:

Há necessidade de olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais (VARELA, 1995, p. 24).

Fica claro com a citação acima que o espaço escolar não tem o objetivo único para formação e, sim, fora criado para criar qualidade de vida social. Além de favorecer e desenvolver ações de inclusão dever suscitar momentos de interação, projetos de cunho coletivo que tenha o objetivo de fomentar a subjetividade. Dessa forma, nos diz Sawaia:

A dialética inclusão-exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2004, p. 9)

Torna-se indispensável práticas educativas de cunho inclusivo, ou seja, que sejam contempladas e valorizadas as diversas políticas de inclusão.

SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE CUITEGI: UM SONHO QUE SE TORNOU REALIDADE

“A inclusão é mais do que criar condições para os deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, na postura diante dos alunos, na filosofia”

Guimarães (2003)

A sala de recurso AEE (Atendimento Educacional Especializado) já é uma realidade no município de Cuitegi-PB, a mesma foi uma reivindicação de anos anteriores pela demanda de crianças especiais. O único recurso de acompanhamento dessas crianças era a FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência) na capital da Paraíba João Pessoa.

O atendimento é realizado nas escolas citadas anteriores. A equipe é formada por profissionais da educação e da saúde. Os docentes planejam e acompanham um a um com atividades pedagógicas específicas de acordo com a especialidade de cada. No quadro abaixo, apresentamos o organograma das salas de AEE:

ESCOLAS	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO/SAÚDE	Nº de Aluno	Dias da semana	TURNO
EMEF Horácio Montenegro	Professoras: Marcela Floro da Silva Clarice M ^a Pedro R. da Silva Psicóloga Daniella Caroline M. Ferreira	18 alunos especiais	Quartas e quintas	Manhã : Prof ^a Clarice Tarde: Prof ^a Marcela

	<p align="center">Fonoaudiólogo Everton Felipe J. dos Santos</p> <p align="center">Nutricionista Letícia</p>			
<p>EMEF Hilda Neves de Lucena</p>	<p align="center">Professoras: Marcela Floro da Silva Clarice M^a Pedro R. da Silva</p> <p align="center">Psicóloga Daniella Caroline M. Ferreira</p> <p align="center">Fonoaudiólogo Everton Felipe J. dos Santos</p> <p align="center">Nutricionista Letícia</p>	<p>26 alunos especiais</p>	<p>Segundas e terças</p>	<p>Manhã: Prof^a Clarice</p> <p>Tarde: Prof^a Marcela</p>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Cuitegi –PB)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, chegamos à conclusão de que a escola é um espaço social que merece toda atenção por parte de todos aqueles que estão à frente da administração e organização pedagógica. A educação inclusiva é uma educação voltada para a valorização e acompanhamento de todos aqueles (as) que trazem em si uma deficiência, uma especialidade.

Desta forma, a educação como um todo precisa de um olhar especial, em especial a educação inclusiva, pois através dela acolhem-se todos independentes de quaisquer deficiências. A escola ao acolher deve oferecer as melhores condições físicas, pedagógicas e administrativas.

O nosso município de Cuitegi-PB está de parabéns em pensar com muito carinho e desenvolver política de educação inclusiva. A nossa educação municipal deu um salto de

melhoria significativa, pois as crianças especiais têm todo acompanhamento pedagógico, psicológico, fonoaudiólogo e nutricionista.

Com a sala de AEE as nossas crianças especiais só ganharam, uma vez que o seu desenvolvimento educacional e emocional alavancou de forma significativamente. Valeu a pena todo esforço da Secretária de educação Micheline Paulino Pereira e da Psicóloga Daniella Caroline M. Ferreira na realização e implantação das salas de AEE no município de Cuitegi-PB com todo apoio da administração do Exmo. Sr. Prefeito Guilherme da Cunha Madruga Júnior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em : 12/08/2018

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acessado em : 12/08/2018

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (Org.) Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS Editora, 1995.